

Que significa “Pesquisa” em Psicanálise?¹

Renato Mezan¹

A expressão “pesquisa em psicanálise” suscita de imediato uma certa perplexidade. Trata-se de uma disciplina que, em seus quase cem anos de existência, acumulou uma quantidade considerável de conhecimentos sobre seu objeto, o inconsciente: obviamente, estes conhecimentos foram obtidos através de algum tipo de pesquisa. Por outro lado, a idéia de um “pesquisador em psicanálise” que se munisse de um elenco de problemas e procurasse resolvê-los por meio do que é geralmente admitido como pesquisa científica – observações, controles, previsões, etc. – soa algo ridícula, e com boas razões provocaria hilaridade nos que possuem alguma noção do que é a psicanálise. Estamos assim diante de um paradoxo: como dar conta do fato de que se produzem conhecimentos novos em psicanálise, se nesta esfera do saber os procedimentos a que recorre a ciência empírica não têm cabimento? Ou, em outras palavras, como se realiza em psicanálise o progresso do conhecimento?

Um outro fator singulariza ainda mais a nossa disciplina: sua relação peculiar com a Universidade. É sabido que, para desenvolver-se, a psicanálise não tem a mínima necessidade da Universidade, que, aliás, até bem recentemente, fez todo o possível para excluí-la dos seus currículos. Isto conduziu à constituição de organismos destinados à formação de psicanalistas, os quais, de um modo ou de outro, vêm cumprindo satisfatoriamente sua função – caso contrário, cinquenta anos após a morte de Freud já não existiriam analistas para ensinar psicanálise, nem, de resto, psicanálise alguma para ser ensinada. Já a Universidade tem algo a ganhar com a inclusão da psicanálise em seus programas, tanto que essa inclusão acabou por se fazer, ainda que de modo variado segundo as circunstâncias, num ritmo cada vez mais intenso. Usualmente lecionada nos cursos de Psicologia e Psiquiatria, ela tem sido convocada por vários setores das ciências humanas, quer como objeto de estudo, quer como disciplina auxiliar nos respectivos campos. Tal situação conduziu à existência de professores de psicanálise, de aulas de psicanálise, de teses em psicanálise e, recentemente – na Universidade Federal do Rio de Janeiro –, à criação do primeiro curso brasileiro de pós-graduação em psicanálise, a exemplo dos que já há alguns anos existem nas Universidades de Paris VII e Vincennes. Novamente, o fato se impõe e suscita interrogações: que significa ensinar psicanálise numa Universidade? Quais são as condições e os limites desse ensino? E o que resulta dele, para a Universidade como para a psicanálise, já que o objetivo precípua dos cursos de pós-graduação é precisamente fomentar a pesquisa?

Vemos assim se delinearem duas direções para a elucidação do que seja “pesquisa em psicanálise”: a vertente que passa por sua inclusão nos programas

¹ Texto escrito em janeiro de 1990 para uma publicação da PUC/SP sobre o tema “Pesquisa em Psicanálise”.

¹ Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

universitários, e a vertente que passa pelo “modo de produção” dos conhecimentos psicanalíticos, vertentes que, embora não superponíveis, podem se revelar paralelas ou entrecruzadas. Convém começar pela primeira delas, a fim inclusive de podermos perceber mais claramente as particularidades da segunda.

Duas facetas da elaboração teórica

Em 1919, na esteira da revolução húngara e da reorganização dos programas educacionais dela correntes, Ferenczi solicitou a Freud que escrevesse um pequeno trabalho sobre o ensino da psicanálise na Universidade. O original deste texto se perdeu; sua versão húngara foi publicada numa revista de Budapeste, e desta versão foram feitas as traduções que figuram na *Standard Edition*, na Edição *Standard Brasileira* e nas *Obras Completas* em castelhano. São algumas páginas em que Freud, com sua franqueza habitual, evoca a utilidade que teria para os estudantes o conhecimento da psicanálise e delineia algumas modalidades para a transmissão desse conhecimento. Em síntese, sugere que fossem implantados dois tipos de curso: um de introdução à psicanálise, destinado aos estudantes de ciências humanas, no qual se expusessem as linhas gerais da disciplina, e outro, mais específico, dirigidos aos estudantes de Psiquiatria (ainda não existia a cadeira autônoma de Psicologia), cuja finalidade seria familiarizá-los com a dinâmica da vida psíquica e com os aspectos clínico-terapêuticos da psicanálise; os demais estudantes de Medicina receberiam este curso como algo equivalente ao que hoje denominamos “psicologia médica”. Mas Freud não tinha ilusões quanto ao caráter rudimentar destes cursos, que de modo algum seriam equivalentes a uma formação adequada em psicanálise: “Naturalmente, seu ensino só poderá ter um caráter dogmático-crítico, por meio de aulas teóricas, pois nunca, ou só em casos muito especiais, oferecerá oportunidade de realizar experimentos ou demonstrações práticas. Para os fins da investigação que o docente de psicanálise deverá levar a cabo, bastará que disponha de um consultório externo, que forneça o material necessário sob a forma dos pacientes denominados ‘nervosos.’”²

A Universidade é aqui pensada como um canal de *divulgação* da psicanálise, porém não como ambiente adequado para a “investigação”: esta só pode se dar no âmbito de uma prática clínica cujo lugar é o consultório. O termo “dogmático-crítico”, em sua aparente contradição, resume esta postura: *dogmático* não significa aqui *intolerante*, mas *expositivo*, supondo que existe um saber sobre o inconsciente, e que este saber pode ser comunicado de modo coerente; *crítico* designa o inacabamento, a provisoriedade deste saber, sua abertura para novas hipóteses e novas concepções. Dispomos de excelentes ilustrações do que seria tal curso: são as “Conferências de Introdução à Psicanálise” de 1916-7, bem como outros textos de Freud cujo objetivo primário é a exposição do conteúdo de sua disciplina: as “Cinco Lições”, a “Questão

² “Sobre la enseñanza del psicoanálisis en la Universidad”, *Biblioteca Nueva (BN)* III, p. 2455; *Standard Brasileira*, XVII, p. 219. O original foi publicado na revista húngara *Gyógyászat*, vol. 59, nº 13, 1919.

da Análise por Não-Médicos”, as “Novas Conferências de Introdução”, e outros do gênero.

Se esta era a perspectiva em 1919, é interessante compará-la com os pontos de vista contemporâneos, por exemplo com os expressos por Jean Laplanche nas introduções metodológicas que abrem seus cursos na Universidade de Paris VII. No Departamento de Ciências Humanas clínicas, criado após 1968, Laplanche conduz há vinte anos um curso expositivo sobre psicanálise, que deu origem aos diversos volumes das *Problématiques* (atualmente sendo traduzidos para o português). Nestas introduções, é freqüente a pergunta: o que significa “falar de psicanálise na Universidade?”.

A resposta de Laplanche é sutil: certamente, falar de psicanálise na Universidade não é propor um atalho nem um *Ersatz* à formação do analista, mas isso não significa que se trate de algo menor, menos digno ou mesmo indigno da atenção de um psicanalista. A oposição entre um saber já sedimentado, a ser divulgado nos cursos universitários, e uma verdade pessoal e intransferível, a ser descoberta por cada um em sua própria análise, revela-se sob escrutínio uma falsa alternativa: nem o saber psicanalítico é tão sedimentado assim, nem a verdade pessoal se acantona na esfera do inefável, do *insight* obtido no divã ou no elevador do psicanalista.

Em primeiro lugar, diz Laplanche, existe uma imensa literatura psicanalítica, que o estudante terá de confrontar e para cuja abordagem um curso expositivo está longe de ser inútil. Conhecer o que existe, em psicanálise como em qualquer outra disciplina, é o primeiro momento de qualquer pesquisa séria. Em segundo lugar, a multiplicidade de tendências na psicanálise contemporânea introduz um fator de perplexidade para o estudante: ele lerá isto ou aquilo conforme o acaso dos encontros, o que acabará por fazer com que em seu espírito se acumulem noções pertencentes a diversas épocas e a diversas escolas. Mesmo a obra de Freud, pilar de todo estudo neste campo, é vasta e complexa: se a história de psicanálise não é a psicanálise, por outro lado é imperativo formar-se uma idéia de como os problemas foram surgindo, quais as soluções propostas e como estas soluções engendraram novos problemas.

Frente a esta situação, o método de Laplanche consiste numa leitura histórica, problematizante e interpretativa dos textos psicanalíticos. Pretende mostrar assim que é possível ler os escritos analíticos de um modo analítico, não interpretando as fantasias de seus autores, mas utilizando como instrumento o método psicanalítico e suas categorias heurísticas: a atenção ao detalhe dissonante, a reconstrução do contexto, a temporalidade própria instaurada pela psicanálise, com seus conceitos-chave de repetição, de retorno do reprimido, de *a posteriori*.³ O objeto de pesquisa, nota-se bem, é aqui constituído por *textos*, e não por aquilo que se costuma designar como “material clínico”. Mas se trata de textos bastante particulares, na medida em que buscam descrever, conceituar e explicar um universo

³ J. Laplanche, *Problématiques* I, Paris, PUF, 1980, pp. 10-16.

de fenômenos que, em última instância, remetem à – quando não são diretamente originados pela – situação analítica.

Laplanche postula assim um paralelismo entre a “coisa” e o discurso que fala dela, paralelismo que se apóia sobre uma característica comum a ambos, objeto e discurso, e que consiste em serem ambos *processos*. As articulações complexas da “coisa” – o inconsciente, digamos – são transpostas no e pelo discurso; este reflete e refrata aquela, como um prisma. É evidente que este sistema de correspondências é complexo; o termo paralelismo não deve ser tomado ao pé da letra. O discurso evolui em seu meio próprio, a linguagem e o raciocínio, e capta diferentes aspectos da coisa estudada; mas esta tem sua dinâmica própria, seus pontos de inflexão ou de impasse, e tudo isto é reproduzido de um modo ou de outro no nível discursivo. É este encadeamento construtivo do pensamento pelo seu objeto que, na ótica de Laplanche, torna possível e legítimo o emprego do método analítico para estudar os escritos analíticos. Num texto já antigo, intitulado “Interpretar (com) Freud”, os princípios metodológicos de Laplanche são expostos com notável precisão:

“O empreendimento do qual esboçamos aqui certas condições de possibilidade é diferente [da interpretação psicográfica, R.M.]: transpor, *mutatis mutandis*, o método freudiano de análise do indivíduo e de seu desejo para as *exigências* de um pensamento, ou seja, àquilo que, no pleno da discursividade, mais se *aparenta* a este desejo (...). Realizado no consultório do psicanalista, o desmantelamento do pensamento e da expressão, a colocação no mesmo plano do ‘insignificante’ e da declaração de princípio ininterruptamente reafirmada, da parte e do todo, etc., constitui uma regra metodológica salutar, pelo fato de tomar pelo avesso as elaborações secundárias e as camuflagens do entendimento, permitindo que se separem outras redes de significação (...). Percorrer a obra em todos os sentidos, sem nada omitir e sem nada privilegiar *a priori*, talvez seja para nós o equivalente da regra fundamental do tratamento”.⁴

O que Laplanche faz aqui é enunciar todo um programa, que justifica a idéia de uma pesquisa como retomada, nos níveis histórico e crítico, da evolução do pensamento freudiano. Este procedimento se aproxima do que Hegel denominava *Problemggeschichte*, a história dos problemas, que marca a história da filosofia como disciplina universitária. A noção central de ambos os procedimentos é a de *exigência*, exigência do pensamento: não apenas busca do rigor na formação das hipóteses, respeitando o pensamento do autor estudado, mas sobretudo captação das direções em que este pensamento é impelido por suas afirmações de base, por seus postulados e, em última análise, pela *teoria da verdade* que o anima e que, explícita ou implicitamente, ele visa demonstrar. No caso da psicanálise, esta teoria afirma

⁴ J. Laplanche, “Interpretar (com) Freud”, 1969, in *Freud*, nº 3 de revista *L’Arc*, trad. bras. São Paulo, Editora Documentos, 1969, p. 64. Ver também “*Dérivation des Entités Psychanalytiques*”, in *Vie et Mort en Psychanalyse*, Paris, Flammarion, 1970, pp. 197-214, onde esta correlação entre a ordem dos processos psíquicos e a ordem dos conceitos que os tematizam é estudada com maiores detalhes.

que todo fenômeno psíquico – inclusive ela mesma – é co-determinado por um domínio heterogêneo e não-paralelo à consciência, o inconsciente. Daí provém a regra metodológica enunciada no texto que citei, segundo a qual, posto que a superfície legível dos enunciados teóricos contém inevitavelmente uma parcela de “elaborações secundárias e camuflagens do ego”, pensá-los psicanaliticamente implica tomá-los pelo avesso e procurar destacar deles “outras redes de significações”. A isto Laplanche denomina “desmantelamento” ou “aplainamento” (*mise à plat*) dos enunciados textuais.

Temos assim uma concepção do que é a pesquisa em psicanálise, bastante complexa e fecunda, que a aparenta a outras disciplinas universitárias, em especial à história de filosofia e das ciências. Esta concepção pressupõe que a Universidade não se limite ao papel que Freud lhe designava em 1919, o de um veículo de divulgação dos conhecimentos obtidos fora dela, mas que seja também um lugar de descoberta e de invenção. Pressupõe igualmente que a psicanálise possa nela ser tema de reflexão segundo as regras de todo pensamento, isto é, que possa ser objeto de enunciados coerentes e passíveis de debate, consignados em aulas, artigos, livros, e não apenas domínio privado do psicanalista, que se escudaria atrás da sua prática – necessariamente submetida ao sigilo profissional – para se dispensar de expor os resultados e questões a que esta prática o conduz. Pressupõe ainda que a história da psicanálise não seja um eterno recomeço, que nela exista um certo tipo de *cumulatividade*, de progresso e de avanço na elucidação do seu objeto. Este é um ponto delicado, e que se presta a um sem-número de confusões; vale a pena examiná-lo com atenção.

O que distingue a psicanálise da filosofia é que a primeira não é somente uma teoria, mas uma atividade que faz falar o seu objeto, nas condições precisas e codificadas da situação analítica.⁵ Castoriadis estudou bem esta característica essencial da psicanálise, que torna possível a mudança de registro imediatamente sensível para quem lê *A Interpretação dos Sonhos* depois de meditar sobre o *De Anima* de Aristóteles ou sobre o *Tratado de Paixões* de Descartes. Por ser atividade a dois e não apenas reflexão individual, a psicanálise quer mais do que elucidar o objeto de que se ocupa: quer também transformá-lo, ou pelo menos propiciar as condições para que ele possa se auto-transformar com o auxílio do outro, do psicanalista.

Esta circunstância coloca o psicanalista numa posição ambígua e bastante difícil: por um lado, suas intervenções durante a sessão dirigem-se ao paciente e têm por finalidade última favorecer esta transformação; por outro, tais intervenções pressupõem uma série de operações psíquicas, operações que decompõem o discurso ouvido e tentam avaliar diversos aspectos, que podemos resumir sob a rubrica das suas “condições de possibilidade”. Ora, tais condições de possibilidade são definidas pela teoria e unicamente pela teoria: considerar que o dito pelo paciente resulta de um compromisso entre forças opostas, que ele contém mais do

⁵ C. Castoriadis, “Epilegomènes à une théorie de l’âme qu’on a pu présenter comme science”, in *Les Carrefours du Labyrinthe*, Paris, Seuil, 1975, p. 36.

que seu conteúdo manifesto, que está conformado segundo uma combinação a cada vez única dos processos primário e secundário, que seu destinatário não é apenas o analista presente, mas um outro significativo do passado – ou seja, praticar a escuta psicanalítica – pressupõe um modo de conceber o homem, a alma e a linguagem que não é dado intuitivamente a ninguém.

O que acabo de descrever é possibilitado por certas hipóteses sobre o funcionamento psíquico – a metapsicologia – e sobre a natureza do processo terapêutico – as noções da transferência e de resistência –, que são parte integrante da teoria psicanalítica. Ela fornece assim “classes infinitas de possíveis”, orienta a atenção do analista para certas questões, mas não fornece nenhum método geral para encontrar a solução do problema específico que está sendo considerado naquele instante.⁶ Por este motivo, não se pode falar de *aplicação* da teoria ao tratamento; mas também é verdade que um analista completamente virgem de qualquer contato com a teoria simplesmente não escutaria nada capaz de possibilitar intervenções eficazes. Na situação analítica, a teoria funciona como a estrela polar para o navegante: fornece coordenadas para o percurso, permite alguma idéia do rumo a tomar, mas não é o alvo que se quer atingir; Colombo não queria chegar à Ursa Menor, mas às Índias – e, como muitas vezes acontece na análise, chegou à América.

Este é apenas um dos aspectos, porém, da função da teoria em psicanálise. O outro aspecto concerne não mais à prática que ela informa, mas a um trabalho de pensamento por parte do analista *depois* e *a partir* desta prática. É o momento em que o analista já não se dirige ao seu paciente, já não deseja encontrar a interpretação adequada do que escutou, ou mesmo do que pensou a partir do escutado, mas busca dar conta em termos conceituais do modo pelo qual puderam se produzir tanto o que ouviu como o que o fez ouvir assim. Neste momento, a teoria tem por função vincular a singularidade do experimentado à universalidade dos conceitos, e no caso da psicanálise isto é realizado através da noção de *mecanismos psíquicos*. O dito pelo paciente é considerado como o elo final de um processo, e a abordagem teórica consiste em determinar, com um grau razoável de probabilidade, o *tipo* de processos que podem ter estado em jogo para produzir tal ou qual fenômeno. Sendo o funcionamento mental extremamente complexo, estes processos são de diversas naturezas e possuem modos de articulação variados; podem provir de diferentes regiões do aparelho psíquico, podem cristalizar-se nesta ou naquela modalidade de transferência, podem realizar este ou aquele gênero de articulação entre fantasias, angústias e defesas.

Como o psicanalista realiza este trabalho? É aqui que intervém um tipo de conhecimento que não é mais derivado da clínica, mas do estudo do que os outros analistas pensaram e escreveram, a começar por Freud. A literatura psicanalítica contém inumeráveis exemplos e elaborações que servem como ferramenta de trabalho a que tenta pensar o que faz: são esquemas para correlacionar dados, para inferir hipóteses, para sugerir derivações. Estes esquemas podem pertencer a

⁶ Idem, *ibidem*, p. 38.

conjuntos mais amplos, que são as teorias elaboradas por Freud e por alguns outros, como Melanie Klein, Lacan, Hartmann, Kohut, Winnicott, Piera Aulagnier, etc. Tais “outros” são psicanalistas que, em seu trabalho de investigação e de elaboração, chegaram a propor conjuntos de hipóteses articuladas entre si acerca de vastos segmentos do funcionamento psíquico, a ponto de estes conjuntos de hipóteses formarem territórios teóricos de grande abrangência e de notável coesão interna. Penso que, de modo geral, tais territórios possuem uma cartografia comum, análoga à cartografia original da teoria freudiana: englobam uma metapsicologia, uma teoria do desenvolvimento psíquico, uma psicopatologia e uma teoria do processo terapêutico.⁷

Ora, o problema consiste em saber se estas diferentes teorias permitem discernir alguma cumulatividade, ou se cada uma delas retoma o objeto da psicanálise inteiramente do zero, sendo simplesmente concorrentes entre si. Este problema não é psicanalítico, mas epistemológico, e a meu ver diferente daquele que mencionei há pouco, isto é, saber de que modo a teoria informa a escuta e a interpretação na situação analítica. Uma coisa é o que cada psicanalista acumulou em sua memória do que pôde aprender por leituras e contatos com outros analistas, e que resulta numa espécie de aglomeração de noções, hipóteses e esquemas próprios a cada um – aglomerado que pode ser mais sistemático ou menos, mais refletido ou menos, mais fértil ou menos, porém conduz a uma “teoria portátil” da qual nenhuma analista pode prescindir. É esta teoria portátil que, ancorada e amalgamada com os resultados de sua própria análise, irá funcionar pré-conscientemente como instrumento de apreensão do que lhe disserem seus pacientes, e como instrumento de formulação para suas intervenções, bem como lhe permitirá eventualmente retomar tais intervenções e submetê-las a alguma forma de exame crítico. Outra coisa, completamente diferente e não menos legítima ou importante, é o estudo das teorias por si mesmas, como conjuntos de hipóteses, deduções e elaborações sobre certos fenômenos psíquicos que cada uma delas tome como objeto de reflexão.

O problema da cumulatividade se coloca neste nível: que tipo de relação lógicas tais teorias mantêm entre si? Há quem pense que cada uma delas é independente das outras, que traça do objetivo da psicanálise uma cartografia inteiramente original, inclusive irreduzível às demais ou intraduzíveis na linguagem das demais. Estas cartografias conflitantes – porque seu objetivo é o *mesmo*, o inconsciente e suas leis – seriam assim monumentos à engenhosidade de quem as elaborou, e entre elas a escolha seria questão de gosto, de afinidade ou de servidão transferencial. Mas não é esta minha opinião: considero que, embora Freud, Klein, Lacan, etc. não digam a mesma coisa, dizem coisas suficientemente parecidas entre si para podermos considerá-los trabalhadores no mesmo campo, o da psicanálise, e suficientemente diferentes do que dizem Skinner ou Koffka para que a psicanálise não seja confundida com o behaviourismo ou com a *Gestaltpsychologie*.

⁷ Esta idéia é desenvolvida em R. Mezan, “Problemas de uma História da Psicanálise”, in J. Birman (org.), *Percursos na História de Psicanálise*, Rio de Janeiro, Taurus, 1988, pp. 15-41.

O que os mantêm no mesmo campo é uma concepção partilhada quanto ao que é o homem e ao que é a psique, concepção fundada sobre a existência do inconsciente dinâmico e sobre as conseqüências lógicas e reais que se seguem desta existência. O que os separa são pontos de vista não-redutíveis acerca das propriedades deste campo definido pelo inconsciente, propriedades que derivam da estrutura ontológica do próprio campo. O essencial deste campo é o mostrar-se constituído por formações extremamente complexas e não-redutíveis entre si, por diferentes tipos de funcionamento destas formações, e por diferentes maneiras, próprias a estas formações em funcionamento, de se manifestarem na situação analítica. Esta diversidade e segmentação do campo do inconsciente permite sua apreensão por diferentes ângulos, e é justamente esta possibilidade de apreensão por diferentes ângulos que torna concebível a existência de diferentes teorias. Pode-se dizer que cada uma delas elege um centro de focalização, procura descrevê-lo com a máxima exatidão possível, e a partir deste centro organiza extrapolações para outras dimensões do campo, as quais aparecerão, forçosamente, coloridas e impregnadas pelas emanações provenientes do centro privilegiado.

Mas esta situação, se torna compreensível a pluralidade das teorias no âmbito da psicanálise, não garante ainda que elas sejam compatíveis entre si num sentido não-trivial, e tampouco garante que se possa falar em cumulatividade entre elas. Aqui é preciso notar que o que estou designando como “formações não-redutíveis entre si” são dimensões do campo que não emergiram simultaneamente, e sim sucessivamente, mesmo se esta sucessividade conhece um percurso sinuoso e que por vezes retorna sobre si mesmo.

Por “formações não-redutíveis entre si” não entendo, é claro, o que Lacan chamou de formações do inconsciente (sonho, lapso, chiste, sintoma, etc.). Entendo regiões do psíquico que, ao longo da história da psicanálise, foram desvendadas em momentos diferentes, sem que as novas viessem a integrar completamente as antigas nem a se revelar completamente diversas delas. Por exemplo: as primeiras explorações de Freud concerniam à região das organizações edípicas, isto é, a um certo tipo de formação que envolve objetos específicos, modos específicos de lidar com angústias específicas, etc. Na própria trajetória de Freud, estas organizações permitem entrever outra região, a das organizações pré-genitais, que funcionam segundo regras próprias, e nem se dissolvem na organização edípica, nem permanecem inteiramente à parte. Outro exemplo seria o narcisismo e a problemática do ego, que constitui uma terceira região psíquica, relacionada porém não-redutível às demais.

Ora, assim como para Freud, para Klein ou para Winnicott se constituíram modos de apreensão do inconsciente que revelaram novas regiões. O objeto interno kleiniano ou a área transicional winnicottiana, bem como o self de Kohut ou o simbólico de Lacan, são exemplos pertinentes desta geografia, ou, se quisermos mudar de metáfora, desta matemática à qual podemos comparar a psicanálise. Também em matemática, uma potência não é idêntica a um ângulo, uma matriz é coisa diferente de um co-seno ou de um número irracional, mas são todos “entidades matemáticas”, assim como o id, a angústia depressiva ou a relação especular são

entidades psicanalíticas. Neste contexto, creio ser justificado falarmos de cumulatividade: não no sentido de um progresso linear, que não existe em forma pura nem mesmo nas ciências exatas, mas no sentido de que estas entidades se pressupõem umas às outras, que a descoberta de uma delas – ou a sua construção – não seria possível sem que os predecessores tivessem realizado seu trabalho. E por “predecessor” não entendo apenas que as idéias de Melanie Klein seriam impossíveis sem as de Freud, ou as de Lacan impossíveis sem as de Freud e de Klein, mas também que Freud é predecessor de Freud e Klein de Klein, posto que suas obras percorrem trajetórias próprias que os conduzem a passar muitas vezes pelo mesmo problema, embora em níveis de verticalidade diferentes.

A metáfora da espiral cunhada por Laplanche me parece muito adequada para descrever estes percursos, habitados justamente por aquilo que ele denomina *exigências* de um pensamento. E nada mais natural do que estas espirais se engancharem umas nas outras, que Winnicott ou Bion tenham partido de certas questões deixadas em suspenso por Freud e Klein, ou que Piera Aulagnier tenha partido de problemas colocados por Freud e por Lacan. Neste sentido, acredito ser possível dizer que a psicanálise apresenta algumas características que a aparentam a uma ciência, tais como a cumulatividade e a comunicabilidade dos conhecimentos, embora por outros aspectos – especialmente o do fazer psicanalítico, o da prática terapêutica – ela se aparente às artes e à ourivesaria.

Três exemplos: Freud, Kohut, Green

A pesquisa em psicanálise desdobra-se, como disse no início deste artigo, em duas vertentes: a que investiga a história das idéias psicanalíticas e a que investiga os processos psíquicos propriamente ditos. Para não permanecermos apenas no plano das considerações gerais, e a fim de examinar com mais precisão os mecanismos do trabalho teórico nestas duas vertentes, vamos agora observar três exemplos concretos de pesquisa psicanalítica, estudando um artigo de Freud, um de Heinz Kohut e um de André Green.

Em “A Disposição à Neurose Obsessiva”, um curto texto de 1913, Freud dá uma ilustração notável de seu modo de pensar. O artigo se apóia sobre um caso bastante curioso: o de uma mulher que, durante os primeiros anos de sua análise, sofria de uma histeria de angústia, mas que, em consequência de certos acontecimentos, desenvolveu uma neurose obsessiva grave. Tal evolução surpreendeu Freud, pois até então havia acreditado que a organização psicopatológica de um dado indivíduo estava determinada de uma vez por todas de acordo com um padrão específico, de sorte que parecia excluída a possibilidade de uma “mudança de neurose” na idade adulta. Além deste caso isolado, portanto, estava em jogo um problema mais amplo, o da “escolha da neurose”: a que fatores se deve atribuir o fato de que uma pessoa desenvolve uma histeria em vez de uma paranóia, ou vice-versa?

Freud começa seu artigo recapitulado brevemente suas hipóteses quanto a esta questão. Entre as causas de uma neurose, distinguem-se dois gêneros: as

ligadas à *disposição* e as causas *acidentais*, derivadas das experiências vividas pelo sujeito. Por *disposição*, entendia-se a fixação numa determinada etapa da evolução sexual, fixação que corresponde a uma inibição do desenvolvimento e a um ponto privilegiado ao qual o indivíduo regressaria em função das dificuldades que pudesse encontrar. As diferentes neuroses teriam assim cada qual seu ponto de fixação específico, e o processo da regressão daria conta do movimento constitutivo da sintomatologia de cada uma. O elemento ordenador desta seqüência, vê-se logo, é o *tempo*: nas psicoses, por exemplo, a regressão se daria até o momento auto-erótico/narcísico. Como Freud pensava que as psicoses eram perturbações que só podiam ocorrer após a puberdade, as formas patológicas mais tardias pareciam referir-se a “coerções e fixações muito precoces”. E Freud prossegue:

“A disposição à histeria e à neurose obsessiva, cujos sintomas aparecem mais cedo [na infância, R.M.], deveria ser buscada em fases ainda anteriores da evolução da libido. Mas no que deveria consistir aqui a coerção da evolução, e, sobretudo, qual poderia ser a diferença de fases que determinaria a disposição à neurose obsessiva, em contraposição à histeria?”⁸

O problema é sério, porque estas fases – segundo a hipótese da seqüência – deveriam ser colocadas *antes* do auto-erotismo, que no entanto era postulado como o *primeiro* momento do desenvolvimento sexual. Como esta contradição lógica não pudera ser resolvida, e como ao mesmo tempo a idéia da fixação/regressão parecia útil, não era possível nem abandonar esta última nem aplicá-la de modo coerente. De forma que o problema de “escolha da neurose” havia sido deixado em suspenso, por se revelarem infrutíferas as tentativas de resolvê-lo no quadro da hipótese admitida.

Notamos como funciona aqui a teorização de Freud: ela opera com uma hierarquia de hipóteses e de noções, de maior ou de menor abrangência. A idéia da fixação tem uma posição fundamental no esquema hierárquico, já que permite ordenar todo o processo de desenvolvimento da libido, em suas variantes normal e patológica. Portanto, não convém abandoná-la, mesmo se em sua aplicação a um problema específico ela se revela insuficiente. Já a idéia de que a histeria teria algo a ver com a passividade e a neurose obsessiva com a atividade (em termos sexuais) tem uma valência localizada, e, ao se mostrar incapaz de resolver o problema, pode ser deixada de lado sem dificuldade. “Incapaz de resolver o problema” significa aqui, muito precisamente, que é impossível conectá-la com as hipóteses e conceitos mais gerais, e que ela não possui a especificidade necessária para explicar integralmente a diferença, requerida pela teoria da fixação, entre a disposição à neurose obsessiva e à histeria.

Até este ponto de seu artigo, assim Freud expôs o esquema geral que o orientava na abordagem da questão da escolha da neurose; ao fazê-lo, operou com diferentes níveis teóricos e com conceitos que se inter-relacionam de modo flexível;

⁸ “Die Disposition zur Zwangsneurose”, *Studienausgabe* (SA) VII, p.111; BN II, p. 1.739.

e mostrou precisamente no que consistia o impasse a que estas operações o haviam conduzido.

É este o momento no qual introduz o caso clínico: “retornemos, pois, ao terreno da observação individual. Durante logo tempo, estudei uma paciente cuja neurose havia seguido um percurso pouco usual (...)”. A função do caso é aqui muito particular: Freud não quer expor com detalhes o trajeto desta análise, não quer elucidar a fundo a problemática desta paciente, como fez com Dora ou com o Homem dos Ratos. O caso intervém no texto porque é o meio pelo qual a *experiência* vai permitir uma reelaboração da teoria, que por sua vez, assim reelaborada, permitirá compreender algo da experiência crucial. Freud levanta uma possibilidade de equacionamento da situação, ao dizer que a histeria de angústia transformada subitamente em neurose obsessiva “podia aspirar ao valor de um documento bilíngüe, e mostrar como um mesmo conteúdo era expresso por cada uma das neuroses numa linguagem diferente.” Permanece portanto ligado à noção de que é o *mesmo* conteúdo (as fantasias e traumas próprios à fixação libidinal infantil) que se expressaria em duas formas diferentes, como um documento em dois idiomas. Mas por outro lado, se assim fosse, precisaria ser revista a própria noção de fixação, já que se deveria admitir não um e sim vários pontos de fixação possíveis (um para a histeria, outro para a neurose obsessiva) numa mesma pessoa. A contradição, portanto, permanecia intacta, e se compreende o “extraordinário interesse” com o que o investigador aguarda a solução do caso.

“Ao chegar a ele no curso da análise, tive de reconhecer que o processo patógeno se afasta muito da trajetória que eu havia suposto. A neurose obsessiva não era uma nova reação ao mesmo trauma que havia provocado inicialmente a histeria de angústia, mas a um segundo acontecimento, que retirara ao primeiro toda a sua importância.”

Aqui a experiência, o fato, fala mais alto do que a hipótese teórica: a história da vida da paciente continha *dois* traumas, e não um só expressado em “duas línguas”. Freud tem a humildade de reconhecer isto e abandonar sua idéia, mas imediatamente se pergunta como dar conta do fato novo. Trata-se de um exemplo de pensamento indutivo, que neste caso se aproxima bastante, como nota Maurice Dayan, do raciocínio científico usual.⁹ Qual era o fato? A mulher fora normal até casar-se, mas seu marido não podia dar-lhe filhos. A histeria de angústia foi sua reação às fantasias de ter relações extraconjugais e obter assim o filho desejado. O marido acabou por perceber que a neurose de sua esposa se devia à esterilidade dele, e reagiu a isto com uma impotência temporária. A este novo trauma – que lhe impossibilitava até mesmo a satisfação parcial de que havia desfrutado – a mulher

⁹ M. Dayan, “Style et allégation du discours fondateur”, in *L'Arbre des Styles*, Paris, Aubier-Montaigne, 1980, p. 43. O livro de Dayan é uma interessantíssima exploração do “estilo” em psicanálise, que recorta o problema da relação entre a prática e a teorização, porém partindo do texto produzido pelo autor-analista. Ver especialmente o capítulo “De la cure au texte”, e as análises do “estilo” de Melanie Klein, Serge Leclair e Piera Aulagnier.

respondeu com uma florida neurose obsessiva, cujos sintomas consistiam em manias de limpeza e em medidas preventivas contra os efeitos que sua “maldade” poderia ter sobre outras pessoas, ou seja, em formações reativas contra impulsos erótico-anais e sádicos.

Até aqui, a história desta paciente. Como Freud vai compreendê-la? Se a neurose depende da fixação a uma fase libidinal – esta é a viga-mestra da psicopatologia analítica – e se os sintomas da paciente indicam um forte componente sádico-anal, a maneira de combinar estes dois elementos é postular uma fase libidinal caracterizada por impulsos sádicos e por fantasias ligadas ao erotismo anal. É o que faz Freud:

“eu me disse que meu esquema de desenvolvimento da função sexual exigia uma nova interpolação (...); vemos a necessidade de aceitar um novo estágio antes da configuração final, no qual as pulsões parciais já se encontram reunidas para a escolha do objeto, o objeto se coloca como diferente da própria pessoa, mas o *primado das zonas genitais ainda não foi atingido*. As pulsões parciais que dominam esta *organização pré-genital* da vida sexual são antes as erótico-anais e as sádicas”.¹⁰

Para poder forjar este conceito, Freud se vale da teoria dos *Três Ensaio*s, que é bem conhecida e não necessita ser aqui recapitulada. O valor explicativo desta nova noção, no caso da paciente, é óbvio: o que ocorrera com ela fora a reativação regressiva de uma fixação precoce, motivada pela impotência do marido e pela sua idéia de que tal impotência fora de algum modo provocada por ela, idéia acompanhada de um intenso ódio pelo marido e pelo conflito subsequente com seu amor por ele. A prova de que tal fixação efetivamente existira é proporcionada pelas fantasias sádicas de chicoteamento com que a paciente havia iniciado, na primeira infância, sua vida sexual. Mas, uma vez explicado *este* caso, a noção de uma organização sádico-anal da libido exige ser integrada com o restante da teoria psicanalítica. E é o que faz Freud na parte final de seu artigo, relacionando-a com a importância dos impulsos agressivos e anais para a constituição da neurose obsessiva (já conhecida desde a análise do Homem dos Ratos), com a questão da atividade/passividade sexual que interfere na formação da homossexualidade, com o desenvolvimento do caráter, com a pulsão de saber, com a dúvida obsessiva, etc. etc.

Ou seja, tão logo inventado, o conceito é por assim dizer “testado” em diversas correlações, indicando-se direções a seguir em futuras investigações. É por seu valor heurístico e por sua compatibilidade com a armação teórica geral já existente que a nova noção ganha seu estatuto próprio, o qual poderá ser modificado em função do que vier a surgir mais adiante: ela se intercala num conjunto de séries hierarquicamente definidas umas em relação às outras, cujo conjunto constitui, precisamente, a teoria freudiana.

¹⁰ Freud, “*Die Disposition...*”, SA VII, p. 113; BN II, p. 1740.

Temos assim um exemplo notável, em sua simplicidade mesma, de como se dá a formação de uma hipótese teórica, não só em psicanálise mas em qualquer disciplina. Einstein disse certa vez algo que nosso pequeno estudo pode confirmar: “as teorias são livres criações da imaginação limitadas por dois princípios: um princípio empírico, que exige que as conclusões tiradas da teoria sejam confirmadas pela experiência, e um princípio semi-lógico, semi-estético, que quer as leis fundamentais tão pouco numerosas quanto possível, e logicamente compatíveis”.¹¹

Nosso segundo exemplo prático de pesquisa em psicanálise será retirado da obra de Heinz Kohut, mais particularmente da “Carta a um Candidato sobre Alguns Princípios da Pesquisa Psicanalítica”, que figura no volume *Self e Narcisismo*. Escolho-o porque ilustra uma das posições possíveis quanto a uma questão espinhosa: a da cientificidade da psicanálise, do seu parentesco com as ciências empíricas. Kohut é um austríaco que vive nos Estados Unidos; dirige-se a um público quase exclusivamente composto de médicos, que formam a imensa maioria dos psicanalistas norte-americanos; e a justificativa da posição teórica que defende em seu trabalho se dá através de uma argumentação que relaciona estreitamente o pensamento psicanalítico com os procedimentos científicos habituais: observações, formação de hipóteses, verificação destas hipóteses, inclusão delas no quadro mais vasto formado pelas teorias vigentes no campo correspondente, ainda que esta inclusão exija alguma reformulação neste quadro, por definição sempre inacabado.

O trabalho clínico e teórico de Kohut tem por objeto o que denomina o *self*. Este conceito inexistente na teoria psicanalítica clássica, e há debates acalorados sobre se deve ou não ser incluído entre as noções psicanalíticas.¹² Não entraremos aqui nesta discussão; basta notar que, segundo Kohut, existem numerosos e diversos fenômenos que apontam para a existência do *self*, que este se situa no centro do universo psicológico, que suas perturbações podem ser extensas e variadas. De modo geral, julga importante constituir uma psicologia do *self* dentro da teoria psicanalítica, a coexistir com os conceitos mais conhecidos que giram em torno da sexualidade e do Édipo, a utilidade dos quais não é contestada, pois tornam compreensíveis muitos outros fenômenos, que independem do *self*.¹³

Kohut deseja assim contribuir para uma ampliação do “quadro tradicional” da teoria psicanalítica, que para ele – como para muitos americanos – é constituído pela *drive-theory*, isto é, pela teoria das pulsões herdada de Freud. Há portanto uma concepção específica da história da psicanálise presente nos seus escritos, a de que

¹¹ Citado por H. Hartmann, “La Fonction de la Théorie en Psychanalyse”, in *Éléments de Psychologie Psychanalytique*, Paris, PUF, 1975, p. 167.

¹² Ver por exemplo J. B. Pontalis, “Naissance et reconnaissance du soi”, in *Entre le Rêve et la Douleur*, Paris, Gallimard, 1977, pp. 159-90.

¹³ A este respeito, Kohut se explica no prefácio a *The Restoration of the Self*, Connecticut, International University Press, 1977, pp. XIII-XXII.

existe uma linha de ampliação da psicanálise: da teoria pulsional de Freud, via “teoria estrutural” (*O Ego e o Id*), para a psicologia do ego de Hartmann, e daí para a psicologia do self, que seria a sua contribuição pessoal. Tampouco discutiremos esta concepção, cuja pertinência está longe de ser evidente; quero apenas ressaltar que Kohut se insere numa linhagem que concebe seu trabalho como a continuação do espírito próprio à pesquisa psicanalítica, mesmo se as hipóteses que constrói se afastam dos modelos clássicos. É em nome dos *atos* que justifica sua construção, e nisto de certa forma é referendado por Freud, que escrevia na *História do Movimento Psicanalítico*:

“Também se pode dizer que a teoria psicanalítica representa uma tentativa para tornar compreensíveis duas constatações inesperadas e singulares que se fazem quando se busca conduzir os sintomas mórbidos de uma neurose às fontes, isto é, a acontecimentos ocorridos na vida anterior do paciente: queremos falar na transferência e da resistência. Toda orientação que se vincula a estes dois fatos como seu ponto de partida tem o direito de se qualificar como psicanálise, mesmo que conduza a resultados diferentes dos que eu obtive”.¹⁴

O primeiro problema de Kohut, portanto, é mostrar que sua concepção dos fatos é tanto psicanalítica quanto científica. Lendo seus escritos, não é difícil perceber que é fiel à psicanálise; mas em vários momentos, procura afastar a objeção empirista de que ou não há fatos em psicanálise, tudo sendo mero subjetivismo, ou, se há fatos, eles estão irremediavelmente contaminados pela subjetividade de quem os observa, o que, na perspectiva empirista, os desqualifica como “atos científicos”.

A esta objeção, Kohut responde com uma concepção do que poderíamos chamar “empatia crítica”. Veja-se este excerto de um texto seu:

“A pesquisa válida é possível em psicanálise porque 1) a compreensão empática das experiências de outros seres humanos é um dote do homem tão básico quanto a visão, a audição, o olfato, o gosto e o tato; 2) psicanálise pode lidar com os obstáculos que surgem no caminho da compreensão empática exatamente como outras ciências aprenderam a vencer os obstáculos que surgiram no processo de dominar o uso das ferramentas observacionais que empregam – os órgãos dos sentidos, incluindo sua extensão e refinamento através dos instrumentos”.¹⁵

Convém contar a ênfase na analogia – que para Kohut é uma identidade – entre as “ferramentas” das ciências e da psicanálise: é com os sentidos prolongados em instrumentos que as primeiras observam, é com uma espécie de sexto sentido – a compreensão empática, *natural* no homem – que a psicanálise observa. Mas assim

¹⁴ Freud, *História do Movimento Psicanalítico*, BN II, p. 1900. Joel Birman examina a fundo este problema em *Freud e a Experiência Psicanalítica*, Rio de Janeiro, Taurus, 1989.

¹⁵ Kohut, “The Nature of Evidence in Psychoanalysis”, in *The Restoration of the Self*, p. 144.

como os sentidos nus não servem para a observação científica, a compreensão empática tem que ser treinada, utilizada com prudência e persistência, e controlada através de constantes verificações, para poder servir como *analogon* do microscópio ou da balança. Com este instrumento em mãos, o analista se dedica à sua atividade essencial, que é a investigação de complexos estados mentais do ser humano.

A “Carta a um Candidato” é um exemplo bastante sugestivo de como essas diretrizes podem ser utilizadas. O candidato em questão redigiu um ensaio que condensava diversos aspectos do pensamento de Kohut; este lhe escreve para agradecer e para compartilhar com ele algumas reflexões suscitadas pela leitura do seu texto. Uma das descobertas de Kohut consiste em que a coesão do self pode ser insegura; ele pode fragmentar-se nas perturbações narcísicas da personalidade, “em resposta à empatia defeituosa dos self-objetos”. Supõe-se que estes acontecimentos

“repetem em sentido inverso um movimento progressivo do início da infância: há um estágio em que a criança experimenta somente partes corporais isoladas e funções mentais e corporais isoladas, e este estágio é substituído por outro, no qual a criança se experimenta como um self corpo-mente coesivo”.¹⁶

Ao comentar esta descoberta, Kohut assinala que na verdade há aqui duas noções diferentes: a fragmentação do self corresponde a um conceito que unifica diversos tipos de oscilações freqüentemente observada na situação analítica, e que podem ser verificadas mesmo por quem as compreende sob outra rubrica; e além disso, há uma hipótese acerca de como se forma o self coeso durante a infância. Esta hipótese não corresponde a fenômenos diretamente observáveis na clínica, sendo uma “reconstrução do passado baseada naquilo que é observado clinicamente no presente”. Tal hipótese resulta portanto do princípio psicanalítico segundo o qual a neurose se forma por regressão a um ponto de fixação infantil; mesmo se Kohut não emprega estes termos, é evidente a semelhança de sua construção com a que vimos Freud desenvolver em seu ensaio. Segundo Kohut, há dois estágios na evolução do self: o das partes ainda não reunidas, e o momento da experiência de si como um “corpo-mente coesivo”; após ter atingido esta etapa, é possível que o indivíduo regrida à fase anterior, e esta seria a explicação para os fenômenos clínicos a que se refere a primeira parte do trecho.

Existe portanto uma diferença de estatuto epistemológico entre a observação do fenômeno e a verificação da hipótese, já que esta, por se encontrar mais distante da experiência, está sujeita a um grau maior de erro. Mais uma vez, não pretendo discutir a tese de Kohut, mas apenas ressaltar como ela lhe serve para avançar no estudo do seu objeto. Diz ele que esta hipótese reconstrutiva sobre o início do desenvolvimento poderia ser apoiada por três tipos de argumento, “em ordem crescente de solidez da evidência que proporcionam”:

¹⁶ H. Kohut, “Carta a um Candidato sobre Alguns Princípios da Pesquisa Psicanalítica”, in *Self e Narcisismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984, p. 124.

- 1) a *coerência com conceituações precedentes*: aqui, Kohut se refere a uma passagem de “Para Introduzir o Narcisismo” em que Freud afirma que “alguma coisa a mais, uma nova ação psíquica, deve ser acrescentada ao auto-erotismo, para que daí resulte o narcisismo”. A nova ação de que fala Freud é, segundo Kohut, o nascimento do self nuclear a partir da fragmentação inicial: eis aí os dois estágios a que se refere. (Incidentalmente, é sobre a mesma notação de Freud que se apóia Lacan para postular o “estágio do espelho”, conceito do qual derivam conseqüências teóricas diametralmente opostas às deduzidas por Kohut: mas este é um problema que não poderemos abordar aqui.)
- 2) *extrapolações a partir da clínica*: aqui, é a uma enorme gama de ilustrações tiradas de sua prática analítica que remete a idéia de uma seqüência evolutiva indo da fragmentação à coesão. (Melanie Klein, embora interessada em aspectos diferentes do funcionamento mental, também utiliza a seqüência fragmentação/coesão: pense-se nos objetos parcial e total, na passagem da posição paranóide à posição depressiva, etc.).
- 3) *recordações infantis e empatia na observação direta da experiência da criança*: são as formas clássicas de validação de hipóteses sobre o desenvolvimento admitidas em psicanálise, ainda que a “observação de crianças” seja considerada menos probatória do que o surgimento de recordações infantis durante a análise. Mas para Kohut, assim como para Anna Freud – que acreditam na unidade profunda da psicologia e portanto valorizam a observação empírica de crianças, fora da situação analítica, como método válido para compreender o infantil psíquico –, a prova mais sólida de sua concepção está nos exemplos retirados da interação mãe-criança. Para os analistas franceses, que consideram ser “o infantil” algo muito diverso de “a experiência da criança”, tal observação tem valor limitado, e certamente não suficiente para contradizer uma elaboração baseada em deduções do material clínico obtido em sessões de adultos.

Vemos assim como, apesar de sua orientação filosófica em matéria de epistemologia ser tributária da tradição empirista, Kohut não se afasta dos procedimentos tradicionalmente adotados em psicanálise para construir hipóteses teóricas. A passagem do “fato observado” à montagem teórica se dá por meio do que ele designa, com um termo feliz, por “experimentação pelo pensamento”, que consiste na variação regrada das combinações entre os elementos constitutivos da hipótese. Uma ilustração interessante deste método encontra-se na “Carta”, quando Kohut se propõe a examinar uma alteração que foi levado a fazer em sua teoria sobre a origem do self. Convém citar os principais trechos desta passagem:

“Durante muito tempo, tive como certo que o self, em ordem inversa à sua fragmentação sob condições desfavoráveis, se formava através de aglutinação de suas partes (...). Em outras palavras, as experiências de fragmentos corpo-mente isolados que precediam a formação do self poderiam ser vistas como núcleos que haveriam de aglutinar-se pouco a pouco para formar a experiência que a criança tem do self total. Pensando

melhor, contudo, fiquei em dúvida quanto à correção da teoria que afirmava que a formação do self se dá pela coalescência das experiências de ‘fragmentos’ ou ‘partes’. (...) Não somente não acredito haver provas da existência de tal processo específico, mas também, além disso, acho que há alguma evidência à base da qual seria possível contestar tal afirmação”.¹⁷

Eis aqui uma dificuldade nada rara na pesquisa: já não se está na fase de coligir dados nem de refinar a precisão deles, mas num momento em que é preciso usar a “livre imaginação” para correlacioná-los e estabelecer seqüências lógico-causais. A hipótese inicial, em consonância com o bom senso, afirmava que a coesão do todo era precedida pela multiplicidade das partes. Mas isto não é suficiente, para Kohut: tenta imaginar algumas possibilidades de testar esta idéia, tais como observar, em tratamentos analíticos, etapas em que partes do self fragmentadas pela regressão voltam a se aglomerar, ou ainda examinar experiências de crianças pequenas que supostamente estariam passando da fase 1 (fragmentação) para a fase 2 (coesão). Kohut alude então a observações que sugerem uma linha diferente: em vez de as partes do self coalescerem para formar o “self coesivo”, existiriam duas linhas de desenvolvimento paralelas, uma que conduz à experiência integrada do self, outra possibilitando a experiência de partes isoladas do corpo ou de funções corporais e mentais isoladas. “E, finalmente, a criança atinge o estágio em que a experiência progressivamente dominada de partes e funções isoladas passou a estar relacionada à experiência total de um self coesivo – em outras palavras, as partes não constróem o self, mas se desenvolvem dentro dele” (p. 133).

Não podemos, naturalmente, entrar na análise detalhada deste problema; aceitemos com Kohut que sua segunda explicação é preferível a primeira, e vejamos no que isso nos esclarece quanto à natureza da pesquisa em psicanálise. Em primeiro lugar, o *pentimento* de Kohut mostra que existe um nível de elaboração largamente independente dos dados empíricos, ou melhor, para o cujo funcionamento os dados já não são de grande valia, posto que se deixam agrupar desta ou daquela maneira. Frente aos fenômenos observados na clínica, a questão de saber se o self se constrói por aglutinação de partes ou por uma dinâmica própria situa-se num elevado nível de abstração, mediada por passos na constituição da teoria – e em primeiro lugar pela própria inclusão destes fenômenos na categoria do self – que os deixam rapidamente para trás. Uma vez postos os conceitos, as ligações entre eles vão sendo obtidas através da “experimentação pelo pensamento”, que estabelece correlações e hierarquias, como vimos no caso de Freud. A referência última é sempre aos fenômenos e processos psíquicos: mas, entre eles e a dimensão teórica, intervêm os momentos do raciocínio, numa direção que vai depurando os primeiros de todos os aspectos singulares que possuíam ao se manifestar na situação analítica, e deixando à mostra os elementos universais que continham enquanto estruturas.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 130-2.

Em segundo lugar, e novamente a exemplo de Freud, tão logo Kohut estabelece a noção de uma origem própria do self coesivo, tal noção é exportada para territórios teóricos ou clínicos *diferentes daquele em que brotou*. Este procedimento serve para testar a eficácia heurística da nova noção, e para determinar, por variações sucessivas, qual o plano da teoria em que ela apresentará seu rendimento ótimo. Por “plano da teoria” entendo aqui o nível hierárquico em que o novo conceito acabará por se alojar, nível este que não é dado *a priori*, e só pode ser encontrado por tentativa e erro, investigando-se para quais problemas ele pode ser esclarecedor e para quais outros ele não tem serventia.

No caso que estamos examinando, a idéia de um self originado numa esfera própria, e não por coalescência de partes lógica e cronologicamente anteriores, tem um valor estratégico importante no conjunto da teoria proposta por Kohut. Vimos anteriormente que este autor busca um alargamento da teoria psicanalítica, para além do *classical framework of drive-theory*, isto é, para além do eixo central representado pelas pulsões sexuais, por definição parciais e conflitivas, tanto na epigênese do ser humano quanto na configuração da teoria analítica. Ora, para Kohut o “além do princípio do prazer” postulado por Freud não significa a pulsão de morte, mas a área do self e seu funcionamento específico. Kohut não nega que exista uma área psíquica funcionando segundo o princípio do prazer, descrita por Freud de maneira bastante adequada: impulsos que buscam descarga, conflitos entre estes impulsos e as demais instâncias psíquicas, complexos de Édipo e de castração, etc. Mas esta dimensão é, em seu modo de ver, *parcial*: a ela deveria ser acrescentado o estudo do “setor-self”, cujas leis de funcionamento e cuja problemática são fundamentalmente diferentes. Escreve ele:

“Ainda que estes dois territórios da experiência psicológica estejam presentes lado a lado – ou melhor, um acima do outro –, o território do self impele a vida do indivíduo numa direção psicológica fundamentalmente diferente daquela beneficiada pelo território de partes e funções isoladas – nos termos de Freud, o território das zonas erógenas que dão prazer e dos impulsos instintivos que lhes são correlatos. Tanto no setor de suas ambições quanto no dos seus ideais, o self não busca o prazer através da estimulação e da descarga de tensão; o self procura satisfação através da realização de suas ambições e de seus ideais nucleares. Sua satisfação não dá *prazer*, como acontece na satisfação do impulso instintivo, mas sim *triunfo* e o brilho da *alegria*. E seu bloqueio não desperta o sinal de *angústia* (por exemplo, da angústia de castração – angústia pela perda do pênis, suprema fonte de prazer), mas o pressentimento do *desespero* (por exemplo, da vergonha ou da depressão vazia – desespero antecipado pelo esmagamento do self e pela derrota final das suas aspirações)”¹⁸

¹⁸ Idem, *ibidem*, pp. 138-9 (grifos do autor).

Existe assim, segundo Kohut, uma separação ontológica entre estes dois setores da psique, ao menos no plano de suas características e funções essenciais. É claro que ambos podem conflitar entre si ou trabalhar de modo relativamente harmonioso; disto dependerá a psicopatologia de cada indivíduo. Mas este fato não impede que, *de jure*, se trate de duas esferas não-redutíveis uma à outra. (Não há lugar nesta visão para um ego libidinal, investido pelas pulsões sexuais; esta organização dos conceitos conduz a caminhos absolutamente diferentes para pensar a questão do narcisismo, diferentes, entende-se, dos traçados por Freud e pelos que seguem sua hipótese.)

Se tal é sua concepção, vê-se imediatamente o interesse estratégico da idéia de que o self e o “território das partes-prazer” não tenham uma só e mesma origem, e sim gêneses separadas: ela permite compreender por que funcionam de modo diverso, e economiza a Kohut toda uma especulação que deveria dar conta – se ambas proviessem de um mesmo ponto inicial – da maneira pela qual se separaram e vieram a ser o que são. Assim vemos qual é a função da *hierarquização teórica*: Kohut falará mesmo de um “Homem Culpado” e de um “Homem Trágico” como tipos em que predominam uma ou outra das áreas psíquicas. Ora, estes conceitos são abrangentes e abstratos, certamente não-verificáveis empiricamente, mas cabem em sua teoria como derivações legítimas do que acabo de expor.

Com o ensaio de Kohut, pudemos ilustrar um tipo de pesquisa em psicanálise aparentemente tributário de uma epistemologia positivista, mas que não recua diante do estabelecimento de hipóteses metapsicológicas e tão afastadas da empiria quanto o requer sua lógica própria. Estendendo-se da metapsicologia mais rarefeita a monografias de caso bastante clássicas, passando por “aplicações” de suas teses a produções culturais como o drama, a religião e o autoritarismo político, as reflexões de Kohut – ainda que nada tenhamos dito sobre a verdade do que afirma – se apresentam como um dos casos em que a expressão “pesquisa em psicanálise” pode se revelar adequada e plena de sentido.

Por este motivo, é interessante compará-la com a de outro psicanalista cujos estudos também se centram sobre os aspectos clínicos e teóricos do narcisismo, bem como sobre a patologia dos casos *borderline* ou fronteiriços. Refiro-me a André Green, cujo artigo “O Conceito do Fronteiriço” examinaremos a seguir.

Green relata sua trajetória psicanalítica no prefácio a *Sobre a Loucura Pessoal*; ela é bastante peculiar, já que, após ter estudado com Lacan nos anos 60, abriu-se às influências britânicas, principalmente de Winnicott e de Bion. Esta circunstância faz de seus escritos uma ponte estendida sobre o canal da Mancha, reunindo modos de compreender e praticar a psicanálise que costumam ser opostos de forma excessivamente esquemática. Green também conhece a fundo a história da psicanálise, em especial no que tange às modificações que ela imprimiu à escuta do analista, quando a comparamos ao legado de Freud.

O estudo sobre o conceito de fronteiroço ilustra bastante bem esses traços da obra de Green. Após uma breve introdução, na qual afirma que o paciente fronteiroço é o paciente típico de nosso tempo e percorre os dicionários técnicos da psicanálise em busca de conceituações do que seja esta patologia, vem a classificar os autores que contribuíram para a construção dessa problemática em três linhas: freudiana, kleiniana e winnicottiana. Na primeira, além de Freud, figuram Jean Bergeret e Otto Kernberg; na segunda, além de Klein, Wilfred Bion; na terceira o próprio Winnicott – que em sua opinião é “especificamente o analista do fronteiroço” –, Masud Khan e Marion Milner.

Esta parte inicial do artigo realiza uma sistematização histórica e temática do problema, relacionando os trabalhos dos diversos autores e conduzindo a um levantamento das questões relevantes para o tópico em exame. Sem desprezar as diferenças de época e de escola entre os psicanalistas de quem se ocupa, Green não lhes atribui demasiada importância: seu objetivo não é resenhar a literatura pertinente, nem traçar um desenvolvimento histórico do problema, mas estabelecer um quadro de referência no qual este problema possa ser antes de mais nada *equacionado*. Os psicanalistas do passado e do presente funcionam assim como interlocutores uns dos outros e do próprio Green, e o levantamento das “questões relevantes” espelha o terreno comum deste diálogo, na própria seqüência proposta pelo autor. São estas as questões:

- 1) o papel do *ego*, do *self* e do *narcisismo*, com os primitivos mecanismos de defesa da dissociação e da cisão, e suas conseqüências: desinvestimento e identificação projetiva;
- 2) a função das *relações objetais*, com especial atenção à agressividade pré-genital e à sua influência sobre os processos de pensamento;
- 3) a presença da *ansiedade psicótica* e seu impacto sobre a função vinculadora dos processos psíquicos, com conseqüências para o pensamento verbal;
- 4) as falhas na criação de um *espaço transicional*, com a função dual e coexistente do princípio de prazer e do princípio de realidade, e um padrão de relações em duplo vínculo;
- 5) a *condensação de objetivos pré-genitais e genitais*, dando um duplo significado a cada um deles, que refere automaticamente um ao outro;
- 6) o papel de uma *relação complementar* no contexto analítico, com a contratransferência se tornando um portador da comunicação do paciente mais do que um obstáculo à sua compreensão;
- 7) a noção de *distância psíquica*, necessária para impedir tanto a falta de comunicação quanto a intrusão”.¹⁹

Mesmo um olhar rápido a esta lista de tópicos revela a importância, para o pesquisador em psicanálise, da familiaridade com os escritos que constituem a

¹⁹ André Green, “O Conceito do Fronteiroço”, in *Sobre a Loucura Pessoal*, Rio de Janeiro, Imago, 1988, p. 76 (tradução modificada). Os grifos são do autor.

literatura da disciplina. Green está preocupado com uma questão clínica – as particularidades do paciente *borderline* –, mas isso não o impede de se situar com desenvoltura no plano metapsicológico. Sua lista organiza-se segundo a cartografia geral da teoria psicanalítica: nela encontramos a dimensão propriamente metapsicológica (itens 1, 2, 3 e 7), a dimensão evolutiva (itens 4 e 5), a dimensão psicopatológica (itens 1 e 3) e a dimensão do processo terapêutico (itens 6 e 7). O entrelaçamento destas dimensões é perceptível no fato de que um mesmo item figure em várias delas: a ênfase é colocada no aspecto processual do funcionamento psíquico, cada categoria (agressividade, angústia, ego, relações objetais, contratransferência, etc.) sendo visualizada em sua faceta dinâmica, isto é, no movimento pelo qual se conecta e se relaciona com as demais.

Este é, portanto, o terreno no qual se assenta a problemática do fronteiroço: ela concerne primordialmente à relação entre o ego e seus objetos, bem como a relação do ego consigo mesmo e com os demais fatores que determinam o funcionamento mental. Nestas relações, um mecanismo central é a *cisão* (*splitting*, clivagem). Trata-se, diz Green, de um mecanismo necessário, num certo nível, para o trabalho do aparelho psíquico: este deve aprender a distinguir e a separar várias ordens de elementos, tais como o “bom” e o “mau”, o prazeroso e o desprazeroso, a fantasia e a realidade externa. Mas pode ocorrer que a cisão venha a operar com tal intensidade que exclua radicalmente os aspectos cindidos: neste caso, ela deixa se servir como uma “limitação útil” e passa a engendrar uma mutilação do próprio ego.

Os efeitos desta situação podem ser verificados em dois planos: divisão entre o psíquico e o não-psíquico, divisão dentro da esfera psíquica. Esta polaridade determina a organização global e o funcionamento específico do indivíduo fronteiroço. Seu ego tem limites bem delineados,

“mas estes não funcionam como um escudo protetor. De fato, os limites do ego são bastante elásticos. Não obstante, esta flexibilidade não conduz a um comportamento adaptativo; atua antes como uma flutuação da expansão ou ambas, ao enfrentar a *ansiedade de separação* e/ou a *ansiedade de intrusão*. Esta variabilidade das fronteiras do ego não é sentida como um enriquecimento da experiência, mas como perda de controle, como a última medida defensiva contra a implosão, desintegração ou perda. (...) A cisão interna revela que o ego é composto de núcleos diferentes e incomunicantes. Estes núcleos do ego podem, apropriadamente, ser descritos como *arquipélagos*”.²⁰

Temos aqui um bom exemplo do trabalho teórico sob o prisma da metapsicologia. Green se refere tanto aos aspectos fenomenológicos da vivência do fronteiroço quanto às estruturas e aos processos subjacentes a esta vivência. O ego é aqui concebido – freudianamente – como um aparelho destinado a controlar a angústia e a excitação: as falhas na sua coesão interna produzem efeitos espasmódicos quando se apresentam as situações ansiógenas, pois, embora os

²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 84-5.

“arquipélagos” estejam relativamente bem instalados, não se comunicam uns com os outros. A metáfora geográfica permite vislumbrar a estrutura deste ego: o que separa suas partes é um espaço vazio, e este espaço vazio determina a organização da patologia, cujos sintomas mais característicos são a “futilidade, a falta de consciência da presença, o contato limitado (...) o discurso do fronteiro não é uma cadeia de representações, palavras e afetos, mas antes – como um colar de pérolas sem fio – palavras, representações, afetos contíguos no espaço e no tempo, mas não em significado”.²¹

Não é preciso elucidar os pressupostos deste tipo de abordagem de um processo psíquico: eles são, nitidamente, os pressupostos básicos da psicanálise – conflito psíquico, atividade de instâncias que se estimulam e se inibem umas às outras, o aparecer como resultante de operações complexas que permanecem ocultas e que só são discerníveis pelos seus efeitos. Para Green, o mecanismo da cisão opera lado a lado com a tendência ao desinvestimento radical, tendência a que denomina “narcisismo negativo”, ou, aqui, “depressão primária”. Esta tendência pode conduzir a um “reinvestimento aleatório através da energia pulsional” (especialmente a agressividade), ou a sentimentos de irrealidade de si mesmo ou do objeto”: são duas possibilidades complementares, a primeira assinalando uma tentativa desesperada de preencher o vazio interior por meio de manifestações ruidosas e violentas destinadas ao objeto, a segunda demonstrando o fracasso deste apelo *in extremis* ao objeto-continente. Daí a impressão de adolescência tardia tão freqüentemente produzida por este tipo de pessoa, e impossibilidade de tolerar luto ou culpa, que costuma se traduzir por *actings-out*, psicopatia ou relações de dependência a drogas (aí incluídas as pessoas-droga, com quem o fronteiro mantém, uma relação de adição).

Assim como para Freud e para Kohut, o conceito aqui construído por Green é imediatamente requisitado a fazer suas provas num território diferente daquele em que foi montado. Esta é uma das exigências do pensamento psicanalítico a que se referia Laplanche: como a teoria visa a pensar primariamente processos, mecanismos, movimentos, as noções que a constituem e que ela vai engendrando têm o aspecto de um dominó, vinculando cadeias à primeira vista díspares, que no entanto se organizam numa rede complexa de ligações. No caso da noção de fronteiro aqui estudada, isso aparece no uso múltiplo da própria idéia de “limite” ou de “fronteira”: inicialmente uma categoria psicopatológica entre a neurose e a psicose, o fronteiro aparece no nível intrapsíquico como limite entre as suas instâncias, como barreira externa de ego, como linha demarcadora entre o soma e a psique, como terra de ninguém entre as formações do “arquipélago”; no plano relacional, aparece como ponte (falha) entre o sujeito e o objeto, e, nos exemplos mencionados no parágrafo anterior, como mecanismo comum a um amplo espectro de comportamentos auto e heterodestruídos.

E a utilidade heurística do conceito, para compreender certos fenômenos que ocorrem na situação analítica, se mostra numa área impossível de ser dele deduzida

²¹ Idem, *ibidem*, p. 85.

a priori: Green intercala em seu ensaio uma breve referência aos sonhos do paciente *borderline*, comentando uma característica deles facilmente observável - não expressam a satisfação de um desejo, mas servem como um meio de “evacuação”. Citando Bion, Green nota que

“o propósito do sonho não é a elaboração de derivativos de pulsão, mas antes a descarga para fora do aparelho psíquico de estímulos dolorosos (...). Os sonhos de pacientes fronteirços não são caracterizados pela condensação, mas pela concretização (...). Em tais casos, o elemento mais significativo no sonho não é o seu conteúdo latente, mas a experiência do sonhador”.²²

Bem: esta breve visita ao texto de André Green permite evidenciar seu *modus operandi*. Partindo das elaborações sobre o narcisismo, a ansiedade e o objeto realizadas por seus predecessores, Green as inclui numa teoria do ego essencialmente análoga à de Freud, combinando-a com a contribuição de Winnicott, que delineou o “espaço transicional”. Apresenta hipóteses genéticas para dar conta da falha na constituição deste espaço que caracteriza o *borderline*, expondo-o a pressões pulsionais que, por ser ele incapaz de ligá-las e processá-las, o submetem a intensas vivências de angústia. Este é o processo basilar do funcionamento fronteirço; dele derivam os aspectos mais visíveis do seu comportamento.

Cabe notar que, contrariamente a Kohut, Green não postula a existência de uma parte “self” independente da dinâmica pulsional, e portanto não se vê compelido a alargar as fronteiras da teoria clássica. Parece-me que seu movimento se assemelha mais a uma exploração vertical, fazendo “ranger”, como diz Laplanche, as articulações desta teoria. O interesse clínico desta maneira de operar é evidente: embora não apresente quase fragmentos de material de seus pacientes, Green suscita no leitor psicanalista associações e reflexões que sem dúvida repercutirão sobre sua escuta e sobre sua prática.

O psicanalista e sua sombra

Os três exemplos de pesquisa em psicanálise a que recorreremos conduzem a certas idéias, que gostaria de apresentar à guisa de conclusão deste artigo. Não foram escolhidos por acaso: quis com eles demonstrar o que afirmei na primeira parte, isto é, que é possível descrever e compreender a maneira pela qual se constitui a elaboração teórica de um psicanalista, éme tamb que estas elaborações apresentam características que as aparentam às formulações científicas: coesão interna, comunicabilidade, verificabilidade e cumulatividade. O que dizem Freud, Kohut e Green respeita estes parâmetros, e neste sentido são passíveis de uma análise metodológica e epistemológica, cujo esboço formou o segundo momento de nosso percurso.

²² Idem, *ibidem*, pp. 85-7.

Mas convém não esquecer que este aspecto não é o único: são também tentativas de psicanalistas singulares para dar conta do que ocorre no tratamento de seus pacientes, tanto do lado destes quanto do seu próprio. É preciso estarmos atentos para implicações deste fato, que introduz a dimensão do inconsciente no próprio cerne da elaboração teórica em psicanálise.

Em perspectiva diferentes, autores tão afastados entre si quanto Kohut, Pontalis e Castoriadis acentuam esta característica, que, independentemente do substrato fantasmático que pode carregar cada uma das construções aqui examinadas, manifesta-se de costume por um verdadeiro sintoma: a adesão demasiado sólida às hipóteses, que em suma são expressões do nosso próprio narcisismo. Vejamos:

Kohut: “A psicanálise é uma ciência empírica, e portanto temos de distinguir claramente entre a utilidade de seus princípios axiomáticos, tais como o valor heurístico de seus ‘princípios ordenadores’ (que pode ser seguramente defendido) e o valor de precisão de suas formulações e hipóteses (por exemplo, de suas reconstruções genéticas), que devem ser vistas inicialmente como duvidosas”.²³

Pontalis: “É fácil ironizar sobre o discípulo, justamente ‘aplicado’, que emprega seu zelo para encontrar nesta obra literária ou naquela cultura as modalidades do complexo de Édipo ou imago de mãe má (...). Mas a *aplicação* não começa quando o analista se identifica a uma posição de analista e o analisado a uma posição de analisado. A *situação* se atribui então ao *processo*, e corre o risco de reforçar a repressão e não de provocar seu levantamento”.²⁴

Castoriadis: “Tudo se torna fronteira pelo próprio fato de ter vindo ao centro (...). São as certezas mais bem ancoradas, mais óbvias, que devem ser interrogadas com mais afincamento e as mais seguramente suspeitas; sua evidência testemunha contra elas, e sua aceitação não as isenta da possibilidade de que cumpram uma função desconhecida, até aumenta. E esta interrogação se dobra sobre si mesma e se recobre, pois nada garante que, em cada caso concreto, ela não seja uma manifestação da dúvida obsessiva ou do retorno de uma resistência”.²⁵

A pesquisa em psicanálise nasce precisamente dessa insatisfação com o já-sabido; mas se a imagem da bela totalidade teórica pode servir à resistência, também é verdade que somente sobre a base de um saber já-constituído é que se pode perfilar a dúvida metódica, coisa muito diferente da ignorância erigida em princípio e em ideal.

²³ H. Kohut, op. cit., pp. 129-30.

²⁴ J. B. Pontalis, “Pour introduire à une réflexion sur la fonction de la théorie en psychanalyse”, in *Entre le Rêve et la Douleur*, op. cit., p. 133.

²⁵ C. Castoriadis, op. cit., p. 32.

Motivada por esta insatisfação, que pode ser dolorosa, a atividade investigativa representa uma saída particular para o conflito psíquico, necessitando de um investimento muito importante por parte do psicanalista no processo de pensamento, e exigindo um grau razoável de tolerância à frustração, aqui representada pela capacidade de reconhecer o fracasso e de suportar a incerteza até mesmo quanto à existência de uma solução para o problema que o estimulou.

Ele irá traçar primeiramente um balanço dos meios existentes para solucioná-lo, a fim de verificar se um novo questionamento a eles dirigido não resultaria em algum progresso. Mapeado o terreno, tem-se alguma idéia da natureza daquilo que se busca descobrir: hipóteses pré-teóricas, se podemos chamá-las assim, conceitos em estado larvar, são mobilizados para delinear um primeiro esboço da organização do fenômeno, seja ele uma manifestação psíquica ou a constatação de um problema após a leitura de certos textos.

Tem então lugar o que Kohut denominou “experimentação pelo pensamento”: é o momento em que o pesquisador se vê imerso em perplexidades, em impasses, até que alguma via se apresente como capaz de ordenar os problemas e as hipóteses em seqüências potencialmente férteis. Surge assim o que Laplanche denomina uma *contribuição*: algo que esclarece, ainda que em medida modesta, uma região do campo psicanalítico, e ao mesmo tempo se articula de maneira a ser aproveitável por outros.

Este é o modelo do que, a meu ver, deveria ser um trabalho de dissertação ou de tese em psicanálise, e as observações de Laplanche a este respeito são instrutivas. Para ele, uma tese é algo diferente de um testemunho ou de um tratamento meramente retórico-formal do tema, no gênero da *dissertation philosophique* exigida dos estudantes franceses no exame do bacharelado. A *dissertation* não fez avançar em nada o problema estudado, limitando-se a apresentar e a contrapor habilidosamente o que os autores disseram acerca dele; o testemunho tem valor apenas biográfico e anedótico, faltando-lhe a dimensão reflexiva sem a qual o percurso de que dá notícia permanece intransitável para outros que não o autor. “Este texto que será *defendido*, objeto de uma *apreciação* e conduzindo a um título (mestre ou doutor), deve ser um *documento*, isto é, uma referência possível para outro pesquisador”.²⁶

Isso é válido para qualquer disciplina. O que especifica sua legitimidade para a psicanálise é a estrutura própria deste campo, atravessado de lado a lado pelo seu próprio objeto – o inconsciente –, mediante sua personificação no sujeito que pensa e escreve. Não é fácil desvencilhar-se das miragens gêmeas do saber absoluto e da intuição inefável; o trabalho de pesquisa em psicanálise parte do singular, tenta apreender as determinações desta singularidade (inclusive do sujeito que assim procede), e visa extrair dela a dimensão universal que, por sua própria natureza, ela contém.

A este esforço podem-se aplicar as palavras com que Spinoza conclui o livro V da *Ética*: “Se o caminho que eu mostrei conduzir a este estado parece muito árduo,

²⁶ J. Laplanche, *Problématiques IV*, Paris, PUF, pp. 12-4.

pode, todavia, encontrar-se. E com certeza deve ser árduo aquilo que raramente se encontra”.²⁷ O “contentamento interior” que daí advém pode não ser tão sublime quanto a *beatitudo* spinozana; porém é certo que traz ao pesquisador não apenas o prazer narcísico de se ver capaz de atingir um objetivo, mas principalmente a realização sublimada de um desejo cujas raízes remontam ao universo infantil.

²⁷ B. Spinoza, *Ética*, livro V, trad. Antônio Simões, São Paulo, Abril, 1979, coleção *Os Pensadores*, p. 301.